



Geografia e desenvolvimento: uma análise panorâmica da produção nacional

Geography and development: a panoramic analysis of national production

Vitória Paula Freitas Marques ¹ 

Maiara Tavares Sodré ² 

Resumo

O termo “desenvolvimento” é extremamente polissêmico, sendo um vocábulo aplicável em muitos contextos e realidades. No entanto, a ideia de desenvolvimento trabalhada na presente pesquisa consiste na promoção de transformações positivas na realidade de um contexto espacial e de sua população. Desde o despontar do desenvolvimento como um projeto de transformação social, o termo sofreu diversas críticas e adaptações. Partindo do reconhecimento de que o vocábulo apresenta em sua natureza conceitual diferentes versões ao longo do tempo, a presente pesquisa objetiva apresentar um panorama bibliométrico da produção geográfica brasileira sobre desenvolvimento veiculada em periódicos nacionais A1 e A2 na área-mãe Geografia, segundo a penúltima classificação divulgada pela Capes (2017-2020). Para alcançar esse objetivo, o trabalho é orientado por uma abordagem quanti-qualitativa através da bibliometria. Assim, foram identificados 283 trabalhos em revistas A1 e 480 artigos em revistas A2, os quais foram analisados a partir da oscilação temporal das publicações. Os resultados permitiram relacionar grandes eventos e discussões internacionais a um número mais significativo de trabalhos publicados, o que demonstra a ampliação do escopo conceitual da ideia de desenvolvimento. Dessa forma, a pesquisa sinaliza para um possível papel do conceito como balizador da produção científica em Geografia, o que reflete o potencial analítico da ciência para ampliar as reflexões sobre o desenvolvimento e seus desdobramentos na organização do espaço.

Palavras-chave: desenvolvimento; Geografia brasileira; bibliometria; periódicos; Qualis A1 e A2;

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: vitpaulafreitas@gmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de Geografia Humana do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro/RJ e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande/RS, Brasil. E-mail: maiara.sodre@hotmail.com

Abstract

The term “development” is highly polysemous, being a word applicable in many contexts and realities. However, the notion of development employed in this research refers to the promotion of positive transformations in the reality of a spatial context and its population. Since the emergence of development as a project of social transformation, the term has undergone numerous critiques and adaptations. Recognizing that the concept has taken on different meanings over time, this research aims to present a bibliometric overview of Brazilian geographical scholarship on development published in national A1 and A2 journals within the core field of Geography, according to the penultimate classification released by Capes (2017–2020). To achieve this objective, the study adopts a quantitative-qualitative approach through bibliometrics. A total of 283 papers in A1 journals and 480 articles in A2 journals were identified and analyzed based on the temporal fluctuation of publications. The results made it possible to relate major international events and debates to a greater number of published works, which demonstrates the expansion of the conceptual scope of the idea of development. Thus, the research points to a possible role of the concept as a guiding element in scientific production in Geography, highlighting the analytical potential of the discipline to broaden reflections on development and its implications for the organization of space.

Keywords: development; Brazilian Geography; bibliometrics; journals; Qualis A1 and A2.

Introdução

O termo “desenvolvimento” é extremamente polissêmico, ou seja, é um vocábulo que pode ser aplicado em muitos contextos, situações e realidades. No entanto, é diante de um enfoque político e econômico que o desenvolvimento discute a promoção de “transformações em estruturas e conjunturas socioeconômicas marcadas por suas fragilidades ou insuficiências em termos de [...] garantia de níveis de vida dignos para parte significativa das populações que habitam a porção espacial em questão” (Sodré, 2021, p. 20).

Assim, a ideia de desenvolvimento trabalhada na presente pesquisa consiste na promoção de transformações positivas na realidade de um determinado contexto espacial e da população que o habita. Tal perspectiva de desenvolvimento nasce no pós-segunda guerra mundial, como uma resposta aos problemas econômicos e sociais enfrentados no período. Apesar de nem sempre ser possível vincular o despontar de processos a datas específicas, o conceito de desenvolvimento é uma exceção: dia 20 de janeiro de 1949 se inicia a era do desenvolvimento, data em que Harry Truman realiza seu discurso de posse como presidente dos Estados Unidos. Nesse dia, Truman se refere aos países que

compõem o eixo Estados Unidos, Europa e Japão como desenvolvidos, e aos países que integram a América Latina, África e parte da Ásia como subdesenvolvidos, declarando ao mundo a missão histórica do primeiro grupo de guiar o segundo rumo ao desenvolvimento (Peet, 2007). De acordo com Sodré (2021, p. 110) essa proposta não se caracterizava como benevolência, mas sim a promoção de “uma terminologia que legitimaria o projeto de uma nova forma de dominação global protagonizada pelos Estados Unidos”.

Desde o despontar do desenvolvimento como um grande projeto de transformação socioeconômica das nações, o termo sofreu diversas críticas e adaptações: as proposições iniciais tinham um viés mais focalizado em questões estruturais e econômicas, que passou, gradativamente, a incorporar aspectos sociais e, mais recentemente, também as dimensões ambiental e cultural. A escala também foi se alterando ao longo do tempo, originalmente pensada em nível nacional e, pouco a pouco, incorporando as dimensões territorial e local. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo diante dos diversos projetos, vertentes e roupagens que o desenvolvimento preconizou ao longo de sua trajetória, grande parte de suas versões não proporcionaram (pelo menos não do ponto de vista dos segmentos mais vulneráveis da população), de fato, uma mudança para melhor. O que se pode perceber, na realidade, é o não rompimento com a histórica contradição entre o discurso e a prática do desenvolvimento (Sodré; Hespanhol, 2022a).

Como base nessa perspectiva, a presente pesquisa parte do reconhecimento de que o termo apresenta em sua natureza conceitual diferentes versões ao longo do tempo, com sucessivas abordagens sendo adotadas no âmbito da Geografia e das demais ciências humanas. Tendo como base essa compreensão, o trabalho objetiva apresentar um panorama bibliométrico da produção geográfica brasileira sobre desenvolvimento veiculada em periódicos nacionais.

O trabalho discute a presença do termo em artigos publicados em revistas de estrato Qualis A1 e A2, segundo a penúltima³ classificação da Capes (quadriênio 2017-2020). O sistema de classificação de periódicos científicos Qualis Capes, instituído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 1998, busca, dentre outras finalidades, indicar os veículos de maior relevância para cada área do

³ O presente artigo foi produzido no final de 2025, ocasião em que ainda não havia sido divulgada a última atualização do Qualis Periódicos (quadriênio 2021-2024).

conhecimento, tanto para os pesquisadores quanto para as agências financiadoras de pesquisa (Frigeri; Monteiro, 2015). A classifica o categoriza os periódicos de A1 (o mais elevado) a B4 (o mais baixo)⁴.

Entende-se que a cataloga o de artigos publicados em periódicos nacionais de estrato Qualis A1 e A2 converge para uma tentativa de identificar e situar política e temporalmente, sob o olhar geográfico, os diferentes discursos e ideias reproduzidos pelo desenvolvimento. Assim, o trabalho busca contribuir para um estudo de trajetória sobre a produ o geográfica no campo do desenvolvimento, permitindo dimensionar o alcance do debate na ciência geográfica.

Bases teórico-conceituais

A discussão sobre o desenvolvimento apresenta, desde o discurso de posse de Truman até os dias atuais, diferentes correntes de pensamento, que vão propor variados projetos a partir de diversas perspectivas de enfoque do conceito aplicado a contextos espaciais. Embora a ideia de desenvolvimento esteja associada   promo o de transforma es positivas,   fundamental destacar que suas distintas interpreta es foram concretamente aplicadas por meio de políticas públicas e outros mecanismos estatais e supranacionais, resultando tanto em avanços quanto em expressivos fracassos e, em diversas situa es, no aprofundamento das fragilidades já existentes em prol de interesses hegemônicos (Sodré, 2021).

Uma das primeiras propostas para “alcançar” o desenvolvimento   discutida pela teoria da moderniza o. Essa teoria, forjada nos Estados Unidos a partir da segunda metade do século XX, estabelece princípios que devem ser seguidos pelos países para se tornarem desenvolvidos, principalmente através da ideia de “supera o do arcaico”. Para a teoria da moderniza o, o subdesenvolvimento seria um problema estrutural interno e o requisito necessário para a sua supera o seria a industrializa o do país. Como uma crítica   visão disseminada pela moderniza o, Souza (1997) defende que o

⁴   importante ressaltar que tal classifica o recebe críticas contundentes devido ao seu modelo de *ranking* e por priorizar métricas quantitativas de impacto. Diante desse cenário, percebe-se que se coloca como desafio a cria o de um modelo confiável de avalia o, que tenha como um dos principais quesitos a qualidade da produ o veiculada (Gontijo, 2024).

desenvolvimento industrial e econômico pode ser visto apenas como um meio, jamais um fim, não sendo possível "economicizar" o conceito de desenvolvimento.

Como alternativa à modernização, a teoria da dependência desponta liderada por pensadores latino-americanos, que contestam a teoria anterior, afirmando que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento representam um problema político, pois são faces de um mesmo processo: só existem países desenvolvidos porque existem também países subdesenvolvidos. Essa teoria, que nasce na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) – uma comissão regional da Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1948 para promover o desenvolvimento econômico e social da América Latina e dos países do Caribe –, contesta a teoria da modernização e lança luz a um novo projeto para alcançar o desenvolvimento.

Os pensadores da dependência defendem que a condição de “subdesenvolvimento” envolve questões externas intrínsecas à própria lógica do sistema capitalista, ressaltando o “caráter necessariamente desigual em que se funda o desenvolvimento capitalista, gerando subdesenvolvimento na periferia do sistema mundial” (Arroyo; Lima, 2023, p.19). Apesar dos avanços produzidos pela teoria da dependência em termos de debate crítico do desenvolvimento, a corrente reproduz parcialmente uma associação estabelecida pela modernização, pois propõe a industrialização como principal ferramenta de avanço, igualando, mais uma vez, a transformação das estruturas produtivas ao desenvolvimento.

Já na década de 1980, consolida-se uma nova corrente e todo um conjunto de projetos para promover o desenvolvimento: o neoliberalismo. O liberalismo clássico propunha a não intervenção do Estado na economia, pois o mercado a conduziria no melhor caminho possível, enquanto o novo herdeiro (neoliberalismo) defende a intervenção seletiva, criteriosa, apenas para garantir o funcionamento do sistema econômico (Grisa; Schneider, 2014). Sendo assim, o caminho para o desenvolvimento seria o ajuste fiscal do Estado, para sanar as contas públicas, equalizando suas despesas através de um Estado mínimo. Em uma interpretação crítica dessa corrente, deve-se ressaltar que o crescimento econômico não reduz necessariamente a pobreza, sobretudo quando tal crescimento segue o desenho neoliberal (Peet, 2007).

Ainda na década de 1980 – e sem abandonar a abordagem neoliberal –, a ONU fortalece a discussão de propostas sobre um desenvolvimento humano e sustentável,

preocupado com os impactos sociais e naturais causados pela lógica produtivista do capitalismo. A organização passa a propor eventos e discussões internacionais que contemplam aspectos sociais, ambientais e culturais, e não apenas econômicos, embora todos se mostrem pouco conciliáveis com a dinâmica neoliberal hegemônica vigente.

Um evento precursor dentro dessa proposta ocorreu em 1972, em Estocolmo (Suécia), com a realização da Primeira Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, cujo objetivo foi incentivar os governos nacionais a adotarem “políticas ambientais” voltadas à prevenção da degradação ambiental e à recuperação dos padrões de qualidade da água, do solo e do ar (Carvalho; David, 2011). Nesse evento foi produzido um documento que consolidou de forma definitiva o conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias demandas.

Já nos anos 1990, adota-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador que mede as condições socioeconômicas dos países, posicionando-os hierarquicamente em um *ranking* mundial, com base em critérios como longevidade, renda *per capita* e níveis educacionais. Outro importante evento na mesma década foi a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, ocorrida em 1992, no Rio de Janeiro, que viria a ser conhecida como ECO-92. Tal evento estabeleceu a Agenda 21, um documento contendo um conjunto de ações, princípios e estratégias que se referem aos padrões de produção e consumo (Carvalho; David, 2011), isto é, um documento de referência a ser implementado em todos os países, voltado principalmente para a resolução de questões de ordem ecológica.

Em 2015, a ONU atualiza o documento, estabelecendo a Agenda 2030, que busca, a partir de 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e de 169 metas, a erradicação da pobreza, a proteção do meio ambiente e do clima e a garantia da paz e da prosperidade às pessoas (ONU, 2015). Como é possível perceber, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 inauguram uma nova etapa na agenda global de desenvolvimento, resultado de uma longa trajetória de debates sobre sustentabilidade, com a meta de construir um mundo mais próspero, justo e equilibrado (Bohnert, 2024). Dessa forma, pode-se identificar que a discussão unidirecional das primeiras versões do desenvolvimento foi gradualmente abandonada e que o termo

passou a apresentar uma roupagem mais plural, que contempla aspectos sociais, ambientais e culturais, e não apenas econômicos.

No entanto, apesar de o desenvolvimento sustentável representar um relevante avanço discursivo, pois envolve uma interpretação abrangente, para além de um enfoque produtivista e economicista; cabe ressaltar que as discussões promovidas frequentemente não vão além do discurso, sem ações e práticas efetivas que viabilizem um desenvolvimento sustentável. De acordo com Peet (1999 *apud* Sodré, 2021), tais metas discutidas pela ONU não passam de uma lista de boas intenções, com poucas ações práticas delineadas para a sua consecução, ou seja, sem avanços consideráveis para transpor de forma operacional os propósitos debatidos. Além disso, a lógica da economia mundial continua regida pelo modelo neoliberal, preconizado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), indicando que o viés de tais instituições financeiras internacionais e do próprio sistema capitalista “permanece profundamente incongruente com qualquer modelo alternativo de desenvolvimento” (Sodré, 2021, p. 131).

A constatação dessa realidade fomentou o surgimento de uma nova perspectiva de interpretação: o pós-desenvolvimento. Tal vertente se baseia em duas fortes críticas ao conceito: primeiro, às sucessivas falhas dos projetos de desenvolvimento em cumprir suas promessas; segundo, à própria concepção de desenvolvimento no binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento, em uma crítica a qualquer projeto de intervenção planejada na sociedade (Sodré, 2021). De acordo com Esteva (2009), o pós-desenvolvimento significa começar a construir um mundo onde caibam muitos mundos.

No entanto, é importante ressaltar que, diferente das proposições anteriores, autores pós-desenvolvimentistas não desenvolvem um caminho alternativo, concentrando seu debate na defesa do completo abandono da ideia de desenvolvimento. Nesse sentido, apesar da relevância dos pontos levantados pela crítica do pós-desenvolvimento, a corrente estabelece uma sobreposição entre a própria ideia de desenvolvimento e os projetos e usos levados a cabo em seu nome, recusando a perspectiva de promoção de transformações positivas na realidade.

Diante de tal interpretação, cabe o alerta de Peet (2007), que adverte sobre a necessidade de repensar o projeto de desenvolvimento, ao invés de descartá-lo, recriminando-o como a fonte de todas as mazelas que assolam a sociedade. Ao longo de sua trajetória, muitas vezes, o desenvolvimento promoveu processos que em nada

favoreceram mudanças para melhor no contexto de vida dos grupos mais vulneráveis. No entanto, abandonar a própria expectativa de promover transformações positivas em realidades desiguais e assimétricas, sem a apresentação de propostas efetivas e factíveis, é um discurso mais assemelhado ao projeto neoliberal do que a um ideário emancipatório. Apontar os limites do desenvolvimento é válido para o avanço das discussões sobre o tema, mas sempre com a perspectiva factual de promover avanços concretos, não de abdicar do enfrentamento da realidade. É preciso disputar o poder, em vez de simplesmente renunciá-lo (Peet, 2007).

Por fim, nessa breve retomada das grandes proposições de desenvolvimento, cabe mencionar as propostas de desenvolvimento alternativo, que partem da crítica aos modelos tradicionais de desenvolvimento, buscando uma apropriação democrática da ideia (Sodré; Hespanhol, 2022a). Com base na participação popular, na priorização de segmentos socialmente vulneráveis e no protagonismo da escala local, surgem vertentes como o desenvolvimento local, endógeno, territorial etc. Nesse contexto, Quijano (2005) aponta que os recentes movimentos político-culturais dos indígenas e dos afro-latino-americanos puseram definitivamente em questão a versão europeia da modernidade/racionalidade e propuseram sua própria racionalidade como alternativa.

Assim, é possível observar que tais vertentes apresentam propostas por meio de processos participativos e negociados com a população, para que a mesma defina suas prioridades. Tais enfoques, além de compreender o local como protagonista na construção de alternativas, demonstram um projeto territorialmente construído, emancipatório e autêntico (Sodré; Hespanhol, 2022b). Com isso, o desenvolvimento alternativo rejeita predefinições impositivas com base em princípios civilizatórios, culturais e ideológicos, divergindo de propostas hegemônicas e buscando afirmar que projetos múltiplos de desenvolvimento podem conduzir a processos autênticos de transformação positiva na vida das pessoas (Sodré, 2021).

Em suma, o histórico do desenvolvimento é marcado pela sucessão de grandes projetos de transformação, em geral, marcados por significativas limitações e, muitas vezes, ligados a interesses hegemônicos. Diante desse quadro, determinadas alas teóricas optaram por abdicar da ideia, outras, por buscar recuperá-la em bases mais equânimes e horizontais. É no quadro dessas diferentes perspectivas de desenvolvimento que este

trabalho passa agora a abordar como a produção geográfica nacional em periódicos A1 e A2 têm tratado o debate do termo.

Trajetória metodológica

A fim de alcançar o objetivo proposto, alguns procedimentos metodológicos foram adotados. A escolha de uma abordagem quanti-qualitativa, que quantifica e analisa dados de documentos científicos através da bibliometria, justifica-se por permitir entender a evolução de determinada área do conhecimento ou temática. Compreender as transformações na discussão de temáticas possibilita “o estabelecimento de políticas, o fomento à pesquisa, a compreensão de fenômenos naturais e sociais, o desenvolvimento de novas práticas e o próprio crescimento do saber” (Camargo; Barbosa, 2018, p. 110). Apesar de seu corte quantitativo, a análise bibliométrica realizada buscou promover um olhar crítico sobre resultados encontrados, contemplando a discussão sobre os motivadores dos dados levantados.

Nesse sentido, as análises de publicações em periódicos por meio da bibliometria se mostram úteis para o delineamento de panoramas da produção científica nacional (Faria; Alves, 2016), além de contribuírem como pesquisa de base para outros estudos. De modo geral, a bibliometria consiste em uma metodologia fundamental para acompanhar e proporcionar uma visão geral acerca do desenvolvimento, principalmente por possibilitar a avaliação da produção científica sobre o conceito. Além disso, permite que sejam traçadas a trajetória e as tendências das diferentes vertentes do desenvolvimento, de forma periodizada e espacializada.

Quatro etapas foram realizadas para a operacionalização do trabalho: (1) aprofundamento teórico-conceitual na temática do desenvolvimento; (2) identificação de revistas nacionais A1 e A2 com área mãe em Geografia na plataforma Sucupira, seguida de pesquisa pelo termo “desenvolvimento” nos sites das revistas, para constatação da presença do vocábulo; (3) filtragem baseada no título do artigo com o objetivo de excluir textos que demonstravam não trabalhar com o conceito; (4) delimitado o conjunto de artigos, foi realizada uma análise quanti-qualitativa para a elaboração de produtos (tabelas, gráficos, mapas).

O primeiro momento da pesquisa consistiu em leituras e fichamentos de trabalhos que tratassem da temática discutida. Assim, foi realizada uma grande consulta ao debate sobre desenvolvimento (social, regional, sustentável, territorial, urbano, rural etc.) e sobre a análise bibliométrica. Essa primeira etapa possibilitou que o recorte do trabalho fosse mais bem delimitado e, conseqüentemente, viabilizado, além de proporcionar um entendimento mais detido sobre a análise bibliométrica.

O segundo momento, este mais prático, consistiu na identificação das revistas nacionais A1 e A2 através do banco de dados mantido pela plataforma Sucupira, associada à Capes. Identificadas as revistas, foi realizada a pesquisa do termo no site de cada uma e a verificação dos artigos que continham o vocábulo no título do trabalho. Em suma, essa etapa promoveu a catalogação dos artigos a partir da consulta nos sites eletrônicos de cada revista, com recorte temporal do ano de primeira publicação do periódico até o ano de 2024.

Uma vez concluída a catalogação, foi realizada uma primeira filtragem dos artigos. Por tratar-se de um conceito polissêmico, foi necessária uma filtragem dos trabalhos anteriormente catalogados para a identificação dos textos que realmente discutiam o conceito na perspectiva do recorte da pesquisa. Por fim, foi realizada uma análise quanti-qualitativa (quarto momento), etapa marcada pela análise e interpretação dos resultados, permitindo a elaboração de produtos, como gráficos e mapas.

Cabe ressaltar que a opção pelos estratos A1 e A2 do Qualis Periódicos na área de Geografia para a seleção dos artigos analisados denota a tentativa de concentrar o foco da análise em revistas de referência nacional na veiculação de resultados de pesquisas. Além de favorecer uma delimitação exequível para o estudo, dado o grande volume de trabalhos identificados (763 artigos). Já com relação ao marco temporal adotado, foram consideradas as primeiras publicações disponíveis nos acervos online de cada um dos periódicos, de forma a permitir a visualização das transformações temporais no quantitativo de estudos publicados sobre o tema.

Resultados e discussão

A partir da identificação de periódicos nacionais com área-mãe em Geografia, foram catalogadas 20 revistas A1. Com base nesse primeiro levantamento, todos os

revistas a instituições públicas: entre os 20 periódicos analisados, apenas dois estão ligados à rede privada – o periódico *Cadernos de Geografia*, vinculado à PUC Minas, e a revista *Hórus*, vinculada à Faculdade Estácio de Sá.

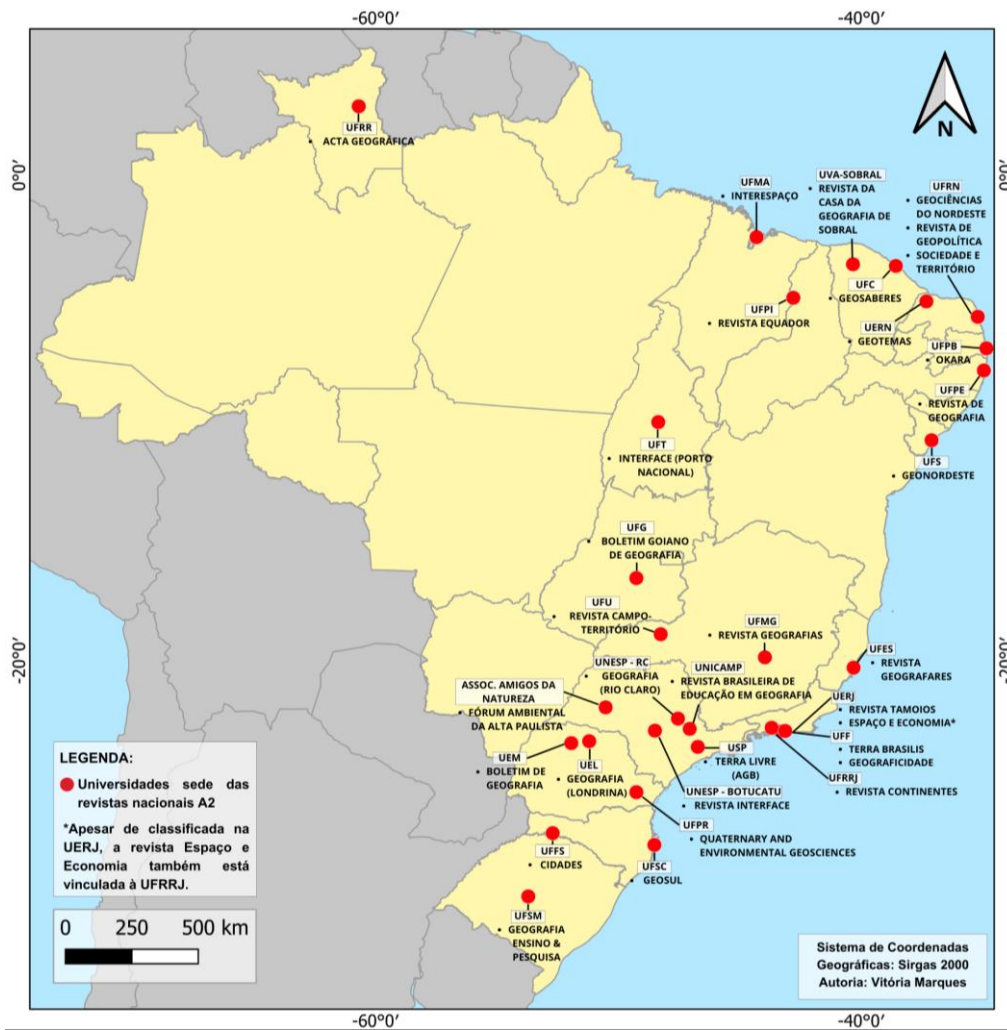
Ainda sobre protagonismos, é preciso destacar a Universidade de São Paulo como sede do maior número de revistas (4): *Boletim Paulista de Geografia*, *Revista do Departamento de Geografia*, *GeoUsp* e *Revista Brasileira de Geomorfologia*, criadas, respectivamente, em 1949, 1982, 1997 e 2000, com duas das revistas mais antigas do estrato. A USP configura uma das maiores e mais antigas universidades públicas do Brasil, fundada em 1934, sendo a segunda melhor da América Latina (segundo a QS World University Rankings 2026: Latin America & The Caribbean).

O *QS WUR* é um *ranking* voltado à avaliação e ao reconhecimento das universidades mais influentes de determinada região, com base em critérios como reputação acadêmica, impacto da pesquisa, internacionalização, empregabilidade e sustentabilidade (TopUniversities, 2025). Tal *ranking* evidencia a valorização e o estímulo à produção acadêmica de excelência, o que justifica a posição da Universidade de São Paulo como um grande destaque nacional em produção científica no âmbito da Geografia.

Prosseguindo para as revistas A2, foram identificadas 33 revistas, também frequentemente vinculadas a universidades públicas ou instituições de pesquisa. Diante da análise de localização de cada sede, um padrão semelhante ao anterior foi percebido (Mapa 2). De forma similar ao observado entre as revistas A1, as publicações classificadas como A2 apresentam um padrão de distribuição geográfica característico. Há uma predominância do Sudeste, que concentra 13 periódicos (39%), mas ocorre também a expressiva presença do Nordeste, com 11 revistas (33%), indicando que a região vem se consolidando como um importante espaço de produção científica de excelência na Geografia.

Além disso, observa-se uma forte vinculação dessas revistas a instituições públicas: das 33 identificadas, apenas uma está associada a uma entidade não universitária – o Fórum Ambiental da Alta Paulista. Esse cenário de concentração da pesquisa acadêmica reflete, em escala nacional, uma lógica semelhante à tendência internacional de hierarquização científica, que privilegia instituições de países centrais e de língua inglesa.

Mapa 2 – Localização das sedes das revistas A2 em Geografia



Fonte: Elaborado por Vitória Marques (2025).

No contexto brasileiro, observa-se a reprodução desse padrão, em que poucos programas de pós-graduação e determinadas instituições centralizam o reconhecimento e os recursos (Neves; Sodré, 2021). Desse modo, o mapeamento dos lugares de enunciação da geopolítica do conhecimento revela e reforça o imaginário moderno-colonial, evidenciando a posição de privilégio do Sudeste como centro de produção intelectual e a consequente marginalização das produções oriundas de outras regiões, como o Norte e o Nordeste (Cruz, 2017).

Seguindo para a pesquisa do termo desenvolvimento nos sites de cada revista, com o intuito de identificação dos artigos que apresentam o vocábulo presente no título, foram catalogados 283 trabalhos nas revistas A1 e 480 artigos nas revistas A2. No entanto, em alguns periódicos não foram identificados artigos publicados sobre o tema, como a revista

A1 Ponto de Vista e os periódicos A2 *Quaternary and Environmental Geosciences*, Revista Brasileira de Educação em Geografia e Interface (Botucatu)⁵.

No estrato A1, os periódicos que mais se salientam em número de publicações com o termo desenvolvimento no título são as revistas Nera, com 40 artigos (14% da produção no estrato), e Caminhos de Geografia, com 30 (11%). Já no estrato A2, os destaques são a revista Campo-Território, com 62 artigos (13% das publicações), e a Fórum Ambiental da Alta Paulista, com 52 (11%). As revistas Nera e Campo-Território são periódicos que apresentam como área do conhecimento a Geografia Agrária, indicando um possível fator para o alto número de publicações em ambas, já que os estudos agrários possuem um histórico de destaque nas pesquisas sobre desenvolvimento no espaço rural (Correia; Alves, 2022). Já as revistas Caminhos de Geografia e Fórum Ambiental da Alta Paulista não possuem essa característica e abrangem temas interdisciplinares, mas apresentam produção significativa sobre o temário, o que indica o caráter abrangente do debate científico sobre o desenvolvimento (Gaertner *et al.*, 2021).

Analisando o volume de artigos publicados nas revistas A1 e A2 com base em uma periodização anual (Gráficos 1 e 2), foi possível perceber nos dois estratos uma tendência de crescimento progressivo no número de trabalhos que discutem o conceito, o que demonstra tanto a expansão no número de periódicos geográficos ao longo dos anos quanto o realce político e institucional que o termo vem ganhando desde o começo do século XXI. De acordo com a Capes (2011), no momento da criação do sistema de avaliação (em 2000), existiam apenas 150 cursos de mestrado e doutorado autorizados pelo então Conselho Federal de Educação. Já na avaliação de 2010, esse número alcançou 4.099, evidenciando a expressiva expansão e diversificação da pós-graduação no país. Esse crescimento pode ser atribuído, em grande parte, ao aumento do orçamento das universidades federais a partir de 2005, período em que “o tamanho do investimento teve um significativo impacto na produção científica brasileira” (Capes, 2011, p. 42).

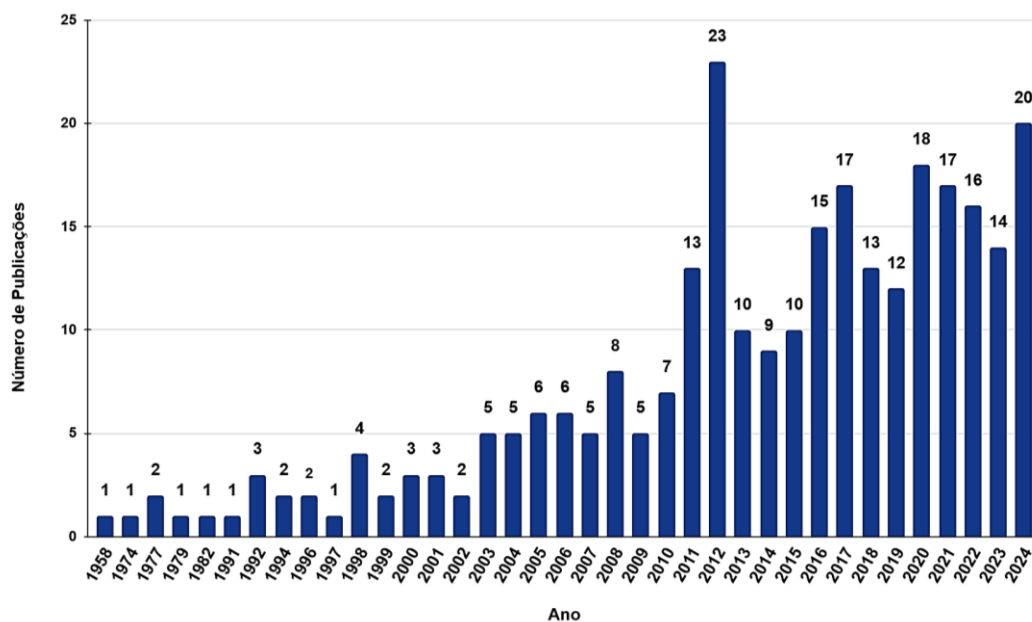
Além disso, ao longo dos anos, ocorreram transformações no padrão editorial das revistas científicas, o que contribuiu para a ampliação no número de periódicos e publicações. Entre essas mudanças, destacam-se a maior regularidade das edições – que

⁵ No estrato A2 convivem dois periódicos com nomes semelhantes: a revista Interface (Botucatu) e a revista Interface (Porto Nacional). Destaca-se que apenas a revista Interface (Botucatu) não veiculou publicações sobre a temática analisada, concentrando suas discussões, em geral, na área da saúde.

passaram de publicações anuais ou semestrais para o modelo de fluxo contínuo – e a adequação das revistas brasileiras aos padrões internacionais, incluindo a publicação de artigos em outros idiomas. Assim, esse processo evidencia tanto o crescimento do número de revistas quanto o aumento da produção de artigos de qualidade, fenômenos que se mostram diretamente interligados.

A distribuição de artigos nas revistas A1 (Gráfico 1) apresenta um grande destaque: o ano de 2012, com 23 trabalhos publicados. Buscando entendê-lo, é possível estabelecer uma relação com a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, evento que marcou os 20 anos desde a Eco-92, ambas realizadas no Rio de Janeiro. Apesar dessa mesma tendência não se apresentar no ano de 1992, a Rio+20 representou um evento que buscou renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável e possibilitou maior ênfase à discussão do conceito.

Gráfico 1 – Número de publicações por ano dos periódicos geográficos A1



Fonte: Elaborado por Vitória Marques (2025).

Além disso, é importante lembrar que no ano 2000 que foram lançados pela ONU os Objetivos do Milênio, conjunto de oito metas com foco em combater a pobreza e melhorar condições sociais, metas que passaram a ser discutidas internacionalmente e que foram atualizadas em 2015, com o lançamento da Agenda 2030, documento que estabeleceu os ODS (ONU, 2015).

Como já discutido anteriormente, os Objetivos do Milênio representaram o início de uma nova fase na agenda global sobre o desenvolvimento. Tais objetivos, que deveriam ter sido alcançados até 2015, são ampliados através da Agenda 2030, que projetava a contemplação de suas metas até 2030, o que mais uma vez não deve ocorrer. Apesar do estabelecimento desses objetivos demonstrar um avanço interpretativo na compreensão da multidimensionalidade do desenvolvimento, poucas ações efetivas a fim de consolidar tais metas foram aplicadas desde então, principalmente se for considerado o avanço de governos conservadores no cenário global nos últimos anos e seu desalinhamento à proposta dos ODS.

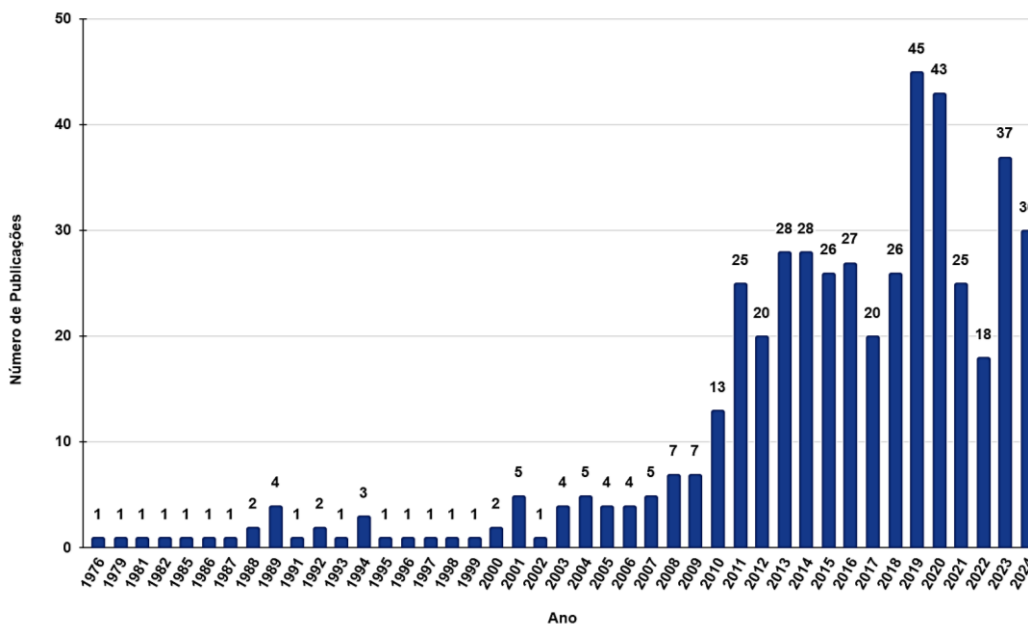
Apesar do engessamento institucional, Bohnert (2024) identifica que há grande contribuição da comunidade científica na tradução dos objetivos globais em agendas práticas em níveis nacionais e locais. Diante de tal cenário, é possível apontar que o crescimento no número de artigos sobre desenvolvimento pode estar ligado à realização de estudos destinados a avaliar, por exemplo, os avanços e limitações no alcance dos ODS. Serafini (2022) afirma que tal tema tem ganhado mais atenção nas agendas de pesquisa em universidades à medida que são publicados e divulgados guias orientadores que estimulam e engajam debates sobre como as instituições de ensino superior são espaços de produção de conhecimento sobre o desenvolvimento sustentável.

Assim como nos artigos publicados nas revistas A1, é possível identificar como as discussões promovidas pela ONU influenciaram a distribuição de trabalhos em revistas A2 (Gráfico 2). Os destaques são apresentados nos anos de 2019 e 2020, com 45 e 43 artigos publicados, respectivamente. Também é possível associar esse maior volume de artigos a um evento mundial, desta vez a COP 25, Conferência das Partes em 2019, que discutiu a implementação do Acordo de Paris e as mudanças climáticas. A partir da análise bibliométrica realizada, pode-se aferir um número significativo de trabalhos que debatem a temática do desenvolvimento e buscam discutir políticas para a sua efetivação.

Os anos de 2023 e 2024, com, respectivamente, 37 e 30 artigos publicados também são relevantes destaques, pois apesar de tais anos não marcarem a realização de um evento de maior relevância global que justifique a evidência da discussão na produção geográfica, tais dados assinalam a importância e atualidade da temática para a sociedade. Assim, esse cenário demonstra que o desenvolvimento e suas metas podem ser inseridos

em diferentes discussões, no âmbito rural, ambiental, social, econômico etc., destacando sua interdisciplinaridade e sua multidimensionalidade.

Gráfico 2 – Número de publicações por ano dos periódicos geográficos A2



Fonte: Elaborado por Vitória Marques (2025).

Em suma, os resultados encontrados sugerem que o conceito de desenvolvimento apresenta uma ampliação tanto de escopo conceitual quanto de seu potencial papel como eixo orientador da produção científica em Geografia, demonstrando como é atual (e necessário) o debate sobre o tema. Os ODS, em particular, parecem despontar como elementos balizadores da produção científica, sinalizando para a necessidade de integrar a ciência às políticas públicas e para o papel essencial da produção de conhecimento na promoção do desenvolvimento sustentável (Bohnert, 2024).

Considerações finais

Este artigo objetivou apresentar uma análise bibliométrica panorâmica do conceito desenvolvimento no histórico da produção geográfica brasileira, através de artigos publicados em revistas A1 e A2 com área-mãe em Geografia. Diante da localização das sedes das revistas, foi possível perceber certa centralização da pesquisa acadêmica, demonstrando uma clara postura de privilégio do Sudeste como região central de produção intelectual no âmbito dos estudos geográficos.

Já a partir da quantificação de artigos com o termo “desenvolvimento” no título, verifica-se uma ascensão do conceito na produção geográfica ao longo dos anos, além da identificação de quais revistas mais publicaram sobre o tema e dos anos em que o conceito teve maior realce, a partir da variação no número de publicações. Dessa forma, pode-se relacionar grandes eventos e discussões internacionais ao número significativo de trabalhos publicados, o que demonstra a ampliação do escopo conceitual da ideia de desenvolvimento, mas também sinaliza para um possível papel do conceito como balizador da produção científica em Geografia no recorte adotado.

Por fim, é fundamental destacar a relevância do debate proposto por esta pesquisa, que evidencia e valoriza as reflexões sobre o desenvolvimento e seus impactos na vida das pessoas a partir da análise geográfica. Assim, estudos que se dedicam a identificar e refletir sobre as dinâmicas atuais de desenvolvimento, por meio de uma abordagem bibliométrica, contribuem de forma expressiva para o reconhecimento do panorama contemporâneo da pesquisa no tema. Analisar a produção de artigos focados no temário auxilia justamente no apontamento de coordenadas possíveis e na compreensão das lacunas e oportunidades existentes na promoção do desenvolvimento.

Em conclusão, espera-se que os resultados deste estudo contribuam não apenas para orientar novas pesquisas sobre o desenvolvimento, mas também para fortalecer os estudos bibliométricos, incentivando a realização de investigações fundamentadas na análise quanti-qualitativa. A bibliometria configura um campo fértil para a pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, capaz de revelar hiatos científicos, subsidiar políticas de investimento e favorecer a integração de esforços acadêmicos e científicos.

Referências

ARROYO, M.; LIMA, F. L. S. Geografia Econômica e desenvolvimento: diferentes abordagens nos programas de cursos de graduação no Brasil. *Geosp*, v. 27, n.1, p. 1-25, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2023.208360>

BOHNERT, M. K. **Retrato da produção científica brasileira relacionada aos objetivos de desenvolvimento sustentável: uma análise bibliométrica a partir da Scopus (2016 a 2023)**. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

CAMARGO, L. S.; BARBOSA, R. R. Bibliometria, cienciometria e um possível caminho para a construção de indicadores e mapas da produção científica. **Ponto de Acesso**, v. 12, n.3, p. 109-125, 2018. DOI: <https://doi.org/10.9771/rpa.v12i3.28408>

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Capex 60 anos**: revista comemorativa. Brasília, jul. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/revista-capes-60-anos-pdf>. Acesso em: 4 out. 2025.

CARVALHO, A.; DAVID, C. de. Políticas públicas para o campo e desenvolvimento rural sustentável. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 22, p. 171-186, 2011. DOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2011.2071>

CORREIA, G. G. C.; ALVES, F. D. Considerações e perspectiva sobre o desenvolvimento rural no Brasil: a produção científica entre 2001 e 2020. **Campo-Território**, v. 17, n. 46, p. 1-27, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT174601>

CRUZ, V. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. *In*: CRUZ, V.; OLIVEIRA, D. A. de. (org.). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra capital, 2017. p. 15-36.

ESTEVA, G. Más allá del desarrollo: la buena vida. **America Latina em movimento**, Quito, ano XXXIII, época II, p. 1-5, jun. 2009.

FARIA, A. H. P.; ALVES, D. F. C. Caderno de Geografia: análise bibliométrica, espacial e de conteúdo do acervo de 1990 a 2016. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 1-19, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5752/p.2318-2962.2016v26nesp1p01>

FRIGERI, M.; MONTEIRO, M. S. A. Qualis Periódicos: indicador da política científica no Brasil? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.19, n.37, 2015

GAERTNER, E.W. *et al.* Alinhamento de Pesquisas Científicas com os ODS da Agenda 2030: um recorte territorial. **Fronteiras**, v. 10, n. 2, p. 26-45, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2021v10i2.p5568>

GONTIJO, R. O fim do Qualis periódicos da CAPES. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 17, p. 1-12, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v17.2326>

GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 5, n. 1, p. 125-146, fev. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>

NEVES, C. E. das; SODRÉ, M. T. Por um Geossistema complexo: articulações teóricas e operacionais apoiadas por núcleos e redes de pesquisa. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, Brasil, v. 41, n. 1, p. 1-17, 2021.

DOI: <https://doi.org/10.11606/eISSN.2236-2878.rdg.2021.169705>

ONU - Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova Iorque, out. 2015.

PEET, R. Imaginários do desenvolvimento. *In*: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 19-37.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005.

DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300002>

SERAFINI, P. G. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas Instituições de Ensino Superior: iniciativas e barreiras no processo de implementação**. 2022.

Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SODRÉ, M. T. **A unidade múltipla do desenvolvimento no município de Pelotas/RS: a ideia, os projetos e os processos**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2021.

SODRÉ, M. T.; HESPANHOL, R. A. M. Limites do pós-desenvolvimento na crítica ao desenvolvimento. **Mercator**, Fortaleza, v. 21, jan. 2022a.

SODRÉ, M. T.; HESPANHOL, R. A. As políticas públicas na intersecção entre estado e mercados: vias para a construção do desenvolvimento rural. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 42, n. 01, 2022b. DOI: <https://doi.org/10.5216/bgg.v42.69224>

SOUZA, M. L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território**, v. 2, n. 3, p. 13-29, 1997.

TOP UNIVERSITIES. **QS World University Rankings: Latin America & the Caribbean 2026**. 2025. Disponível em: <https://www.topuniversities.com/latin-america-caribbean-overall>. Acesso em: 4 out. 2025.

Recebido em 28/11/2025.

Aceito para publicação em 25/03/2026.